# INVESTPREV SEGURADORA S/A

CNPJ 42.366.302/0001-28 – NIRE 43 3 0005426 8

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** A Investprev Seguradora S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2018. As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados. **MERCADO SEGURADOR:** A Investprev Seguradora continua a investir intensamente no desenvolvimento de produtos de ramos elementares (empresarial, residencial e riscos financeiros), pois acreditamos na continuidade do crescimento do mercado segurador nestes ramos nos próximos anos. **DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO:** A Cia vem buscando nos últimos anos o desenvolvimento contínuo de sistemas de controle e gestão de seguros, buscando agilidade e qualidade na gestão dos produtos. Com isto podemos dinamizar a comercialização dos nossos produtos e fidelizar nosso principal canal de distribuição, os corretores. A Investprev apresentou lucro líquido no exercício de 2018 no montante de R$ 29.072 mil, com um crescimento de 16,45% em comparação com 2017. Os prêmios emitidos apresentaram uma redução de 4,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Com destaque especial para os ramos 0623-RC Ônibus e 0628–RCF Ônibus, que responderam com 76,65% dos prêmios emitidos, considerando o ramo DPVAT, o que demonstra o potencial de crescimento apresentado pela empresa nos últimos anos. Os prêmios ganhos atingiram R$ 128.527 mil e os sinistros ocorridos somaram R$ 48.691 mil. As provisões técnicas em dezembro/2018, excetuado o ramo DPVAT, totalizaram R$ 140.741 mil, com uma necessidade de cobertura das mesmas de R$ 32.583 mil e recursos garantidores de R$ 79.448 mil, o que demonstra a capacidade da empresa de garantir suas reservas. "A **Investprev Seguradora S/A** comunica que, no dia 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, teve o seu controle acionário vendido pelo **Banco Rural S/A – ELE** à empresa **SEGPAR PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de formalização da transferência do controle acionário encontra-se em tramitação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Reafirmamos nosso compromisso em continuar a construir esta empresa com vistas a torná-la cada vez mais importante no mercado segurador, nos especializando na elaboração de novos produtos que atendam as demandas do consumidor final. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A companhia adota as melhores práticas de governança corporativa com o objetivo de preservar seu valor e assegurar seu crescimento, baseado na ética para a realização de seus negócios. Na busca pela constante evolução da estrutura de governança corporativa, a companhia tem investido constantemente em tecnologia, no aprimoramento de seus processos internos e na qualificação de seu quadro de colaboradores, provendo assim os recursos necessários à identificação e respostas adequadas aos riscos, considerando a natureza, escala e complexidade de suas operações. Dessa forma, os aspectos relacionados à gestão de riscos, controles internos e conformidade regulatória estão presentes na rotina da companhia, de modo a refletir a responsabilidade corporativa como premissa da administração na condução de suas operações, tendo em vista a continuidade e sustentabilidade dos negócios. **CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP N° 321/2015:** A Companhia está totalmente adequada quanto aos índices de solvência determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, quanto às exigências da Resolução CNSP nº 321, que estipula o PLA – Patrimônio Líquido Ajustado superior ao CMR – Capital Mínimo Requerido, bem como apresenta liquidez em relação ao CR – Capital de Risco. **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA:** Em atenção ao disposto na Circular SUSEP n° 517/15 de 30 de julho de 2015, a Investprev Seguradora declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado Segurador, a Investprev Seguradora S/A, aumentou não só seu portfólio de produtos mas também efetivou novas parcerias, visando à consolidação no segmento de seguro garantia, seguro patrimonial, seguro RCO, fiança locatícia e seguros de Pessoas, onde estamos inovando e consolidando novos canais de distribuição no Mercado Segurador. Tendo em vista o potencial estratégico do mercado de São Paulo a Investprev Seguradora S/A decidiu em Assembleia Geral Extraordinária pela mudança de sua sede para esta cidade a partir de janeiro/2019. Ao findar este exercício, reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na direção da Empresa. Aproveitamos para agradecer aos nossos acionistas, clientes e aos nossos colaboradores, que contribuíram para a realização dos projetos da Empresa, transformando em realidade os nossos ideais.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

## Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 – (Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota nº | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **157.055** | **195.120** |
| DISPONÍVEL | | 27 | 9 |
| Caixa e Bancos | | 27 | 9 |
| APLICAÇÕES | 7 | 83.822 | 130.403 |
| CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS | | 29.823 | 26.873 |
| Prêmios a Receber | 8 | 25.202 | 23.257 |
| Operações com Resseguradoras | | 4.621 | 3.616 |
| OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS | | 79 | 427 |
| ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO | | 25.455 | 22.412 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 10 | 12.251 | 9.525 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 4.007 | 3.652 |
| Créditos Tribut. e Previdenciários | | 8.145 | 5.806 |
| Outros Créditos | | 99 | 67 |
| OUTROS VALORES E BENS | | 400 | 566 |
| Bens a Venda | | 375 | 551 |
| Outros Valores | | 25 | 15 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | | 28 | 26 |
| CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS | | 5.170 | 4.879 |
| Seguros | | 5.170 | 4.879 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **117.845** | **38.133** |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 83.951 | 13.409 |
| APLICAÇÕES | 7 | 79.448 | 8.564 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 10 | 4.503 | 4.844 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | | 4.503 | 4.844 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | | - | 1 |
| INVESTIMENTOS | 11 | 33.119 | 23.871 |
| Participações Societárias | | 33.090 | 23.842 |
| Outros Investimentos | | 29 | 29 |
| IMOBILIZADO | 12 | 692 | 626 |
| Imóveis de Uso Próprio | | 20 | 21 |
| Bens Móveis | | 433 | 514 |
| Outras Imobilizações | | 239 | 91 |
| INTANGÍVEL | | 83 | 227 |
| Outros Intangíveis | | 83 | 227 |
| **TOTAL ATIVO** | | **274.900** | **233.253** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota nº | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **188.763** | **169.013** |
| CONTAS A PAGAR | | 23.829 | 14.018 |
| Obrigações a Pagar | | 13.027 | 5.128 |
| Impostos e Encargos Sociais Recolher | | 2.171 | 2.096 |
| Encargos Trabalhistas | | 598 | 613 |
| Impostos e Contribuições | | 8.030 | 6.181 |
| Outras Contas a Pagar | | 3 | - |
| DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS | | 24.209 | 25.970 |
| Prêmios a Restituir | | 19 | 18 |
| Operações com Resseguradoras | | 17.301 | 19.726 |
| Corretores de Seguros e Resseguros | | 5.665 | 5.326 |
| Outros Débitos Operacionais | | 1.224 | 900 |
| PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS | 5 | 140.725 | 129.025 |
| Danos | | 134.403 | 123.627 |
| Pessoas | | 6.322 | 5.398 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | **6.362** | **6.240** |
| OUTROS DÉBITOS | | 6.362 | 6.240 |
| Provisões Judiciais | | 6.362 | 6.240 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **79.775** | **58.000** |
| Capital Social | 14 | 43.611 | 43.611 |
| Reservas de Reavaliação | | 1 | 1 |
| Reservas de Lucros | | 36.555 | 14.388 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | (392) | - |
| **TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **274.900** | **233.253** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ações, em reais)

| | Nota nº | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| PRÊMIOS EMITIDOS | | 130.050 | 136.160 |
| (+/-) Variações das Provisões Técnicas de Prêmios | | (1.523) | 853 |
| **(=) PRÊMIOS GANHOS** | 17 | **128.527** | **137.013** |
| (+) Receita com Emissão de Apólices | | 2.034 | 1.848 |
| (-) Sinistros Ocorridos | 18a | (48.691) | (70.610) |
| (-) Custos de Aquisição | 18b | (20.739) | (21.458) |
| (+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais | 18c | 1.489 | 2.175 |
| (+/-) RESULTADO COM RESSEGURO | | (16.362) | (12.635) |
| (+) Receita com Resseguro | | 16.613 | 18.541 |
| (-) Despesa com Resseguro | | (32.975) | (31.176) |
| (-) Despesas Administrativas | 18d | (20.155) | (18.144) |
| (-) Despesas com Tributos | 18e | (5.420) | (4.672) |
| (+) Resultado Financeiro | 18f | 6.073 | 6.057 |
| (+) Resultado Patrimonial | 18g | 12.240 | 12.357 |
| **(=) RESULTADO OPERACIONAL** | | **38.996** | **31.931** |
| (+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes | | (484) | (444) |
| **(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES** | | **38.512** | **31.487** |
| (-) Imposto de Renda | 16 | (4.317) | (3.314) |
| (-) Contribuição Social | 16 | (3.443) | (2.711) |
| (-) Participações sobre o Lucro | | (1.680) | (496) |
| **(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO** | | **29.072** | **24.966** |
| (/) Quantidade de Ações | | 329.360.660 | 329.360.660 |
| **(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO POR AÇÃO** | | **0,09** | **0,08** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 – (Em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de Reavaliação | Reservas de Lucros: Legal | Reservas de Lucros: Outras | Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** | **43.611** | **1** | | | **(17)** | **(6.098)** | **37.497** |
| Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários | | | | | 17 | | 17 |
| Resultado Líquido do Período | | | | | | 24.966 | 24.966 |
| Proposta para Distribuição do Resultado: | | | | | | | |
| Reserva Legal | | | 944 | | | (944) | |
| Outras Reservas de Lucros | | | | 13.444 | | (13.444) | |
| Dividendos | | | | | | (4.480) | (4.480) |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** | **43.611** | **1** | **944** | **13.444** | **-** | **-** | **58.000** |
| Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários | | | | | (392) | | (392) |
| Resultado Líquido do Período | | | | | | 29.072 | 29.072 |
| Proposta para Distribuição do Resultado: | | | | | | | |
| Reserva Legal | | | 1.453 | | | (1.453) | |
| Outras Reservas de Lucros | | | | 20.714 | | (20.714) | |
| Dividendos | | | | | | (6.905) | (6.905) |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** | **43.611** | **1** | **2.397** | **34.158** | **(392)** | **-** | **79.775** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos – em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 – (Em milhares de reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do período | 29.072 | 24.966 |
| Outros resultados abrangentes | (392) | 0 |
| Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes (45%) | 176 | 0 |
| Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | (216) | 0 |
| Resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários | 28.856 | 24.966 |
| Quantidade de Ações | 329.360.660 | 329.360.660 |
| Lucro Líquido por Ação | 0,09 | 0,08 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro/Prejuízo líquido do período | 29.072 | 24.966 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 231 | 256 |
| Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | (478) | 343 |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | 1 | 25 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (12.240) | (12.357) |
| Variação nas contas patrimoniais: | **(4.511)** | **(9.767)** |
| Ativos financeiros | (24.303) | (43.804) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (2.124) | 1.737 |
| Ativos de resseguro | (3.043) | (9.301) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 5.695 | 228 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 341 | 43 |
| Despesas antecipadas | (1) | (4) |
| Custos de Aquisição Diferidos | (291) | 64 |
| Outros ativos | (279) | (328) |
| Impostos e contribuições | 1.938 | 5.764 |
| Outras contas a pagar | 7.902 | 4.550 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (1.761) | 4.600 |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 11.700 | 26.882 |
| Provisões judiciais | 122 | (344) |
| Outros passivos | (407) | 146 |
| Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações | 12.075 | 3.466 |
| Juros pagos | (15) | (120) |
| Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | 3.062 | 7.007 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (8.035) | (5.799) |
| **Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais** | **7.087** | **4.554** |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimento pela Venda: | | |
| Investimentos | - | 11 |
| Imobilizado | 85 | 47 |
| Intangível | 77 | 3 |
| Pagamento pela Compra: | | |
| Investimentos | (11) | (6) |
| Imobilizado | (300) | (86) |
| Intangível | (16) | (38) |
| **Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento** | **(165)** | **(69)** |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | (6.904) | (4.480) |
| **Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento** | **(6.904)** | **(4.480)** |
| **Aumento/(redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **18** | **5** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | 9 | 4 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período | 27 | 9 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Investprev Seguradora S.A. (doravante "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado, com sede à Av. Carlos Gomes, 222, 10º andar em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul – Brasil. A partir de janeiro/2019 sua sede foi transferida para a Cidade de São Paulo/SP na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477, Torre B 2º andar, Itaim Bibi, conforme decisão tomada em Assembleia Geral Extraordinária. A Seguradora foi constituída em 09 de setembro de 1974, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de danos, incluindo o DPVAT, e pessoas em todo o território nacional. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui a seguinte estrutura de controle acionário: 85,96% do Banco Rural S.A e 13,99% de Segpar Participações S/A. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. Nesse contexto, o Processo de Gerenciamento de Riscos da Seguradora conta com a participação de áreas responsáveis por sua Governança Corporativa que, por sua vez, abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos, alinhadas com as melhores práticas de mercado. Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/2015, um colaborador foi designado para a função de Gestor de Riscos, reportando-se diretamente à Diretoria Executiva. Outro ponto importante a ser ressaltado é a implementação de uma política de redução de custos, com vistas a melhorar a rentabilidade da companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Diretoria em 22 de fevereiro de 2019.

**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade: A Circular SUSEP nº 517/2015 dispõe sobre as normas contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos desta, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e das interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e das normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais entre ativo e/ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem aos critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) foram classificados como não circulantes. b) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial; I. Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e II. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. c) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21(R1) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial a Seguradora utilizou-se das informações constantes no exercício findo imediatamente precedente, 31 de dezembro de 2017. d) Continuidade: A administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

*Continua »»»*

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

»»» Continuação

# INVESTPREV SEGURADORA S/A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –** Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. e) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora, e estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Seguradora não possui ativos e/ou passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do exercício. f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação, porém deve ser medido em bases confiáveis para que as demonstrações contábeis não sejam prejudicadas. Quando, entretanto, não puder ser feita uma estimativa razoável, o item não deve ser reconhecido na demonstração contábil. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. a) Classificação dos contratos de seguros e de investimento: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 – Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A definição de um contrato de seguro é quando a Seguradora aceita um risco de um acontecimento futuro e incerto em troca da indenização ao segurado/beneficiário, caso este risco ocorra. Os contratos de Resseguro também são tratados como contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias entre a data da aquisição e o vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidores. c) Instrumentos financeiros: *Ativos financeiros:* A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. *Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio de resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto aos resseguradores. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. v. *Determinação do valor justo:* Os valores justos dos investimentos com cotação publica são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação publica, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referencia a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Seguradora. *Redução ao valor recuperável (ativos financeiros):* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *Passivos financeiros:* Compreende, substancialmente, fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros", que são reconhecidos, inicialmente, ao valor justo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. d) Prêmios de seguros: Os prêmios a receber são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices ou faturas e diferidos para apropriação, no prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos. Os respectivos custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado no decorrer do prazo de vigência dos seguros. A redução ao valor recuperável é calculada para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos com prêmios de seguros e a mesma é constituída quando o período de inadimplência for superior a 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, considerando a totalidade dos valores a receber de determinado devedor. e) Imobilizado: Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação de itens do ativo imobilizado é calculada pelo método pro rata die e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, assim como bens do DPVAT, que são registrados conforme informes apurados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT. Os bens estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, às taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para móveis e utensílios e de 20% para veículos e equipamentos. f) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. *Marcas e patentes* – os custos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida. *Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação – DPVAT* – os valores são registrados conforme relatórios apurados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT. g) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída redução ao valor recuperável para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pelas análises e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros no exercício. h) Benefícios a empregados: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Seguradora, além dos benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica, também oferece auxilio educação e assistência odontológica. i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP 517/15, sendo classificados nas seguintes categorias: • *Contingências ativas* – Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • *Contingências passivas* – São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • *Obrigações legais* – fiscais e previdenciárias – Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. j) Apuração do resultado: Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização reconhecidos na emissão da apólice/certificado/endosso ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro, conforme Art. 121 da Circular nº 517/15. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro líquido, ajustados pelos itens definidos em legislação específica.

**4. Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados de PPNG e Prêmios Não Registrados de PPNG, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2018, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2018 foram, em média, as seguintes: Grupo Patrimonial: 22,00%; Grupo Responsabilidades: 76,00%; Grupo Transportes: 40,46%; Grupo Riscos Financeiros: 52,00%; Grupo Aeronáuticos: N/A; Grupo Pessoas: 12,00%. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da INVESTPREV SEGURADORA S.A. de data base 31/12/2018, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

**5. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015, em vigor desde 15 de julho de 2015, Circular SUSEP nº 517/15, em vigor desde 30 de julho de 2015 e disposições complementares. 5.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: (i) O cálculo da provisão deve considerar a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, em cada ramo ou plano, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item. (ii) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. (iii) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão deve ser efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. (iv) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deve ser calculada pro rata die, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. 5.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE): Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos, devendo ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. 5.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): É constituída pela estimativa de pagamentos prováveis, possíveis e remotos, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Nos valores lançados em PSL – Judicial estão contidos os juros e atualizações monetárias devidas. Ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados). Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a seguradora dispõe de uma Nota Técnica Atuarial para a PSL, onde é apresentada uma metodologia estatístico-atuarial para o ajuste agregado dos sinistros avisados e não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A Seguradora tem feito o acompanhamento constante e, para esta data base, o ajuste da PSL proveniente do IBNER é de R$ 8.013. 5.4. Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR): O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. A Seguradora possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. 5.5. DPVAT: São constituídas Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), no seguro de Danos Provocados por Veículos Automotores de vias Terrestres (DPVAT), com base exclusivamente em informes emitidos pela Companhia Líder dos Consórcios DPVAT S.A., administradora do consórcio DPVAT, segundo normas contábeis específicas do CNSP. 5.6. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados. Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo: • ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; • ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER; • ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; e • ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER. Onde: • ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e • ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis. 5.7. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) é constituída para garantir os resgates a regularizar (solicitados e não pagos), as devoluções de prêmios e os prêmios recebidos e não cotizados.

a) Detalhamento das provisões técnicas por ramo - bruto de resseguro:

| | PSL | | IBNR | | PPNG | | PPNG - RVNE | | PVR | | PDR | | IBNER da PSL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 |
| 114 - Compreensivo residencial | 135 | 135 | 9 | 21 | 121 | 118 | 14 | 15 | - | - | 4 | 19 | - | 11 |
| 116 - Compreensivo condominial | 59 | - | - | - | - | 11 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 118 - Compreensivo empresarial | 14 | 7 | 10 | 17 | 25 | 80 | 7 | 16 | - | - | - | 1 | - | - |
| 141 - Lucros cessantes | 3 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 167 - Riscos de engenharia | 323 | 279 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 32 | - |
| 171 - Riscos diversos | 96 | 84 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | 4 | - | - |
| 173 - Global de bancos | 5 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 196 - Riscos Nomeados e Oper. | - | 62 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 351 - Responsabilidade civil geral | 877 | 455 | 130 | - | 2 | 8 | - | 2 | - | - | 63 | 14 | 95 | - |
| 435 - Aeronáuticos | 60 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - |
| 524 - Garantia Estendida | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 553 - Responsabilidade civil facultativa | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 588 - DPVAT | 7.914 | 7.417 | 52.163 | 60.654 | - | - | - | - | - | - | 339 | 285 | - | - |
| 621 - Transporte nacional | 8 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 622 - Transporte internacional | 6 | 6 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 623 - RC Ônibus | 2.874 | 3.731 | 555 | 1.164 | 5.917 | 7.128 | 323 | 138 | 2 | 2 | 58 | 184 | 317 | 4.463 |
| 628 - RCFV Ônibus | 19.076 | 18.353 | 8.306 | 3.776 | 16.418 | 17.226 | 901 | 298 | 16 | 16 | 308 | 505 | 2.314 | 1.850 |
| 746 - Fiança locatícia | 277 | 418 | 122 | 215 | 1.113 | 1.212 | 116 | 99 | - | - | 2 | 69 | 32 | 418 |
| 775 - Garantia - Setor Público | 1.168 | 2.048 | 35 | 56 | 68 | 125 | 18 | 43 | - | - | - | 1 | 126 | 593 |
| 776 - Garantia - Setor Privado | 14 | 23 | - | - | - | 38 | - | - | - | - | - | 4 | - | - |
| 977 - Prestamista | - | 18 | 429 | 552 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 982 - Acidentes pessoais coletivo | 1.451 | 1.886 | 621 | 501 | 2.009 | 2.029 | 107 | 31 | - | 1 | 76 | 132 | 158 | 677 |
| 993 - Vida em grupo | 403 | 389 | 43 | 80 | 1 | 1 | 2 | 3 | - | - | 42 | 41 | 32 | - |
| 1381 - Acidentes pessoais individual | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - |
| 1433 - Marítimos (Cascos) | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1535 - Aeronáuticos (Cascos) | 453 | 405 | 27 | - | - | - | - | - | - | - | 72 | 64 | 63 | - |
| 1734 - Riscos de petróleo | 3 | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Ramos | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **35.243** | **35.728** | **62.450** | **67.037** | **25.674** | **27.977** | **1.488** | **645** | **18** | **19** | **983** | **1.323** | **3.169** | **8.012** |

Continua »»»

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

»»» Continuação

# INVESTPREV SEGURADORA S/A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –** Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Detalhamento das provisões técnicas por ramo - líquido de resseguro:

| | PSL | | IBNR | | PPNG | | PPNG - RVNE | | PVR | | PDR | | IBNER da PSL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 | dez/17 | dez/18 |
| 114 - Compreensivo residencial | 135 | 135 | 9 | 21 | 121 | -20 | 14 | 15 | - | - | 4 | 19 | - | 8 |
| 116 - Compreensivo condominial | 59 | - | - | - | - | - 41 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 118 - Compreensivo empresarial | 14 | 7 | 10 | 17 | 25 | - 78 | 7 | 16 | - | - | - | 1 | - | - |
| 141 - Lucros cessantes | 3 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 167 - Riscos de engenharia | 323 | 279 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 32 | - |
| 171 - Riscos diversos | 96 | 84 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | 4 | - | - |
| 173 - Global de bancos | 5 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 196 - Riscos Nomeados e Operacionais | - | 62 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 351 - Responsabilidade civil geral | 877 | 455 | 130 | - | 2 | 8 | - | 2 | - | - | 63 | 14 | 95 | - |
| 435 - Aeronáuticos | 60 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - |
| 524 - Garantia Estendida | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 553 - Responsabilidade civil facultativa | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 588 - DPVAT | 7.914 | 7.417 | 52.163 | 60.656 | - | - | - | - | - | - | 339 | 286 | - | - |
| 621 - Transporte nacional | 8 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 622 - Transporte internacional | 6 | 6 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 623 - RC Ônibus | 1.805 | 2.170 | 307 | 423 | 3.718 | 4.954 | 230 | 96 | 2 | 2 | 38 | 108 | 317 | 2.569 |
| 628 - RCFV Ônibus | 11.092 | 10.484 | 4.623 | 1.341 | 10.328 | 11.798 | 644 | 208 | 16 | 16 | 209 | 269 | 2.314 | 1.058 |
| 746 - Fiança locatícia | 277 | 418 | 122 | 209 | 1.113 | 1.103 | 116 | 96 | - | - | 2 | 68 | 32 | 418 |
| 775 - Garantia - Setor Público | 546 | 1.042 | 18 | 34 | 47 | 45 | 12 | 29 | - | - | - | 1 | 126 | 275 |
| 776 - Garantia - Setor Privado | 14 | 23 | - | - | - | 9 | - | - | - | - | - | 4 | - | - |
| 977 - Prestamista | - | 18 | 429 | 552 | - | -17 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 982 - Acidentes pessoais coletivo | 1.451 | 1.886 | 621 | 501 | 1.986 | 1.997 | 107 | 31 | - | 1 | 76 | 125 | 158 | 556 |
| 993 - Vida em grupo | 403 | 389 | 43 | 80 | 1 | - | 2 | 3 | - | - | 42 | 41 | 32 | - |
| 1381 - Acidentes pessoais individual | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - |
| 1433 - Marítimos (Cascos) | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1535 - Aeronáuticos (Cascos) | 453 | 405 | 27 | - | - | - | - | - | - | - | 72 | 64 | 63 | - |
| 1734 - Riscos de petróleo | 3 | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **25.568** | **25.292** | **58.502** | **63.834** | **17.341** | **19.759** | **1.132** | **496** | **18** | **19** | **864** | **1.004** | **3.169** | **4.884** |

c) Movimentação das provisões técnicas - bruto de resseguro:

| | 31/12/2017 | Reversão | Consti-tuição | Paga-mento | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| IBNR | 62.450 | (3.778) | 8.365 | - | 67.037 |
| PPNG | 25.674 | (3.682) | 5.985 | - | 27.977 |
| PPNG - RVNE | 1.488 | (971) | 128 | - | 645 |
| PDR | 983 | (114) | 1.722 | (1.268) | 1.323 |
| PSL | 35.243 | - | 31.970 | (31.485) | 35.728 |
| IBNER da PSL | 3.169 | (924) | 5.767 | - | 8.012 |
| PVR | 18 | - | 140 | (139) | 19 |
| **Total** | 129.025 | (9.469) | 54.077 | (32.892) | 140.741 |

A provisão de PSL possui um saldo total de R$ 35.728. O mesmo possui a seguinte segregação: esfera judicial - R$ 15.830; esfera administrativa - R$ 19.898. A provisão de PDR possui um saldo total de R$ 1.323. O mesmo possui a seguinte segregação: esfera judicial - R$ 567; esfera administrativa - R$ 756. Ajuste contábil na PSL de R$ 16 em jan/19 (distorção entre R$ 140.741 e R$ 140.725).

d) Movimentação das provisões técnicas - líquido de resseguro:

| | 31/12/2017 | Reversão | Consti-tuição | Paga-mento | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| IBNR | 58.502 | (2.800) | 8.132 | - | 63.834 |
| PPNG | 17.341 | (3.154) | 5.572 | - | 19.759 |
| PPNG - RVNE | 1.132 | (746) | 110 | - | 496 |
| PDR | 864 | (165) | 1.143 | (838) | 1.004 |
| PSL | 25.568 | (57) | 18.746 | (18.965) | 25.292 |
| IBNER da PSL | 3.169 | (764) | 2.479 | - | 4.884 |
| PVR | 18 | - | 140 | (139) | 19 |
| **Total** | 106.594 | (7.686) | 36.322 | (19.942) | 115.288 |

A provisão de PSL possui um saldo total de R$ 25.292. O mesmo possui a seguinte segregação: esfera judicial – R$ 12.548; esfera administrativa – R$ 12.744. A provisão de PDR possui um saldo total de R$ 1.004. O mesmo possui a seguinte segregação: esfera judicial – R$ 458; esfera administrativa – R$ 546.

e) *Desenvolvimento de sinistros:* O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do exercício em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos períodos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Companhia.

***TABELA DE DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS***

**PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO**

| Montante estimado para os sinistros | jun/13 | dez/13 | jun/14 | dez/14 | jun/15 | dez/15 | jun/16 | dez/16 | jun/17 | dez/17 | jun/18 | dez/18 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **- No final do semestre do aviso** | 11.282 | 13.265 | 10.766 | 3.962 | 2.779 | 3.504 | 4.145 | 8.887 | 17.507 | 19.755 | 15.755 | 16.459 | |
| **- Um semestre após o aviso** | 10.142 | 11.499 | 8.378 | 3.753 | 3.126 | 4.035 | 4.759 | 11.137 | 19.659 | 20.442 | 17.928 | | |
| **- Dois semestres após o aviso** | 10.013 | 12.136 | 9.144 | 3.948 | 3.755 | 4.293 | 4.892 | 12.166 | 17.280 | 18.243 | | | |
| **- Três semestres após o aviso** | 10.352 | 12.852 | 9.535 | 3.999 | 3.918 | 4.179 | 5.084 | 11.986 | 18.212 | | | | |
| **- Quatro semestres após o aviso** | 10.503 | 13.104 | 9.760 | 4.042 | 3.975 | 4.536 | 5.250 | 12.383 | | | | | |
| **- Cinco semestres após o aviso** | 10.671 | 13.198 | 10.133 | 4.083 | 4.532 | 4.440 | 5.321 | | | | | | |
| **- Seis semestres após o aviso** | 10.701 | 13.783 | 10.186 | 4.184 | 4.896 | 4.587 | | | | | | | |
| **- Sete semestres após o aviso** | 10.902 | 14.004 | 10.459 | 4.204 | 5.261 | | | | | | | | |
| **- Oito semestres após o aviso** | 10.980 | 14.703 | 10.522 | 4.297 | | | | | | | | | |
| **- Nove semestres após o aviso** | 11.139 | 14.987 | 10.648 | | | | | | | | | | |
| **- Dez semestres após o aviso** | 11.221 | 15.108 | | | | | | | | | | | |
| **- Onze semestres após o aviso** | 11.319 | | | | | | | | | | | | |
| **Estimativa corrente** | **11.319** | **15.108** | **10.648** | **4.297** | **5.261** | **4.587** | **5.321** | **12.383** | **18.212** | **18.243** | **17.928** | **16.459** | **139.766** |
| **Pagamentos acumulados até a data base** | **10.506** | **13.602** | **9.877** | **3.915** | **3.905** | **3.950** | **4.866** | **11.701** | **16.439** | **15.738** | **13.147** | **6.641** | **114.287** |
| **Passivo reconhecido no balanço** | **812** | **1.505** | **771** | **382** | **1.356** | **637** | **455** | **682** | **1.773** | **2.505** | **4.781** | **9.819** | **25.479** |

**6. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco financeiro; • Risco de mercado; • Risco de liquidez; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A Administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora. A criação e a revisão de normativos e políticas com o foco em controles internos, tem por objetivo a redução de riscos levantados e controlados pelos departamentos da Seguradora. A estrutura interna de gerenciamento de riscos da Seguradora é composta pelas seguintes áreas: • Departamento de controles internos; • Departamento de análise de subscrição de risco; • Departamento atuarial; • Auditoria interna. a) Risco de subscrição: A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores: • Frequência e severidade dos sinistros; • Histórico dos sinistros de longo prazo; e • Características e perfil do risco. Neste sentido, a Seguradora entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de indenizações resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A gestão de riscos é realizada através de regras de subscrição rigorosamente seguidas pelas áreas de subscrição, técnica e operacional. Cada produto ou cotação deve seguir os preceitos estabelecidos no manual de subscrição, notas técnicas, condições gerais e contrato de resseguro, sempre observando os limites e alçadas pré-definidas. Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Seguradora realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos. A concentração de riscos da Seguradora está nos seguintes seguros: RC Ônibus, Compreensivo Residencial, Compreensivo Condomínio, Compreensivo Empresarial, Fiança Locatícia, Garantia, Vida em Grupo e Acidentes Pessoais em todo o território nacional. *Análise de sensibilidade – Seguros:* Os produtos de seguros apresentam como principal risco de negócio o valor das perdas ou sinistros ocorridos superarem o valor das provisões técnicas e prêmios recebidos. Há também incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Um exemplo disso é que o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos eles forem efetivamente liquidados pela Seguradora. O teste de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no passivo da Seguradora, bem como no patrimônio líquido ajustado (PLA), quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base. A Análise de Sensibilidade prevista no inciso XI do Artigo 156 da Circular SUSEP 517/2015 determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários com alterações nas variáveis de despesas administrativas e índice de sinistralidade.

O quadro abaixo demonstra as variabilidades ocorridas considerando a alteração de premissas (em milhares):

| | | Patrimônio Líquido | Resultado |
|---|---|---|---|
| **a. Despesas administrativas** | Aumento Como uma elevação de 5% no valor afetaria o exercício | **78.496** | **27.793** |
| **b. índice de sinistralidade** | Aumento Como uma elevação de 5% no índice de sinistralidade afetaria exercício | **77.340** | **26.637** |

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. *Gerenciamento de risco de crédito:* Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Seguradora adota estratégias de repasse de risco à resseguradoras. Para diminuir o risco de crédito de recuperação nas operações de resseguro, esta Seguradora vem fazendo um trabalho junto aos resseguradores para reduzir o aging de recuperação.

*Avaliação de rating das resseguradoras que operam com a Seguradora:*

| Contrato | Ressegurador | Cód. FIP SUSEP | % Partic. | Tipo | Rating AM Best | Rating S&P | Rating Fitch |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RCO 2018/2019 | IRB Brasil Resseguros S/A | 31623 | 100% | LOCAL | A- | - | - |
| Multirisco 2018/2019 | IRB Brasil Resseguros S/A | 31623 | 100% | LOCAL | A- | - | - |
| GOC e Fiança 2018/2019 | IRB Brasil Resseguros S/A | 31623 | 100% | LOCAL | A- | - | - |
| GOC 2018/2019 | IRB Brasil Resseguros S/A | 31623 | 100% | LOCAL | A- | - | - |
| Vida 2018/2019 | IRB Brasil Resseguros S/A | 31623 | 100% | LOCAL | A- | - | - |

A política de emissão de apólices considera todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, incluindo a análise de risco de crédito dos segurados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, através de ferramentas específicas de verificação de perfil de risco. Com relação aos ativos financeiros, a Seguradora optou por minimizar ao máximo o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixo risco. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, títulos públicos federais, quotas de fundos de investimentos e quotas de fundos de investimentos vinculados ao DPVAT.

| Composição da carteira por classe e por categoria contábil | S&P | Moody´s | Fitch | Outros | Saldo contábil dez/18 | S&P | Outros | Saldo contábil dez/17 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| **Títulos de renda fixa** | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | BB- | Ba1 | BB- | | 79.057 | | | - |
| Letras Financeiras | | | | | - | brAA- | | 397 |
| Letras Financeiras | | | | | - | brAA- | | 794 |
| Letras Financeiras | | | | | - | - | | 2.104 |
| Letras Financeiras | | | | | - | brA+ | | 2.153 |
| Letras Financeiras | | | | | - | brA+ | | 659 |
| Letras Financeiras | | | | | - | brAA- | | 2.162 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LTN | | | | | - | BB- | | 147 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | BB- | Ba1 | BB- | | 391 | BB- | | 376 |
| Quotas de fundos de investimentos | | | | sem rating | 15.046 | | sem rating | 67.919 |
| Certificado de depósito bancário - CDB | | | | | - | brAA- | | 1.623 |
| Quotas de fundos de investimentos DPVAT | | | | sem rating | 68.386 | | sem rating | 60.479 |
| Outros títulos | | | | sem rating | 390 | | sem rating | 154 |
| **Exposição máxima ao risco de crédito** | | | | | **163.270** | | | **138.967** |

c) Risco financeiro: A Seguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos pelos diversos ativos e passivos inerentes ao seu negócio. Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são: • Risco de mercado; e • Risco de liquidez. c.1) *Risco de mercado*: Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado dos ativos. Para avaliação do risco de mercado de seu portfólio de investimentos a Seguradora utiliza o modelo "Value at Risk (V@R)", sendo que sua parametrização é a seguinte: • Sem correlações; • Volatilidade paramétrica; • Nível de confiança de 95%; e • Período de reversão de 1 (um) dia. *Análise de sensibilidade – Ativos financeiros:* Considerando que a carteira da Seguradora está alocada no parâmetro CDI/SELIC, na presente análise de sensibilidade foi considerada como premissa básica a variação da taxa de juros. O teste de sensibilidade considera os efeitos isolados de cada fator de risco. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço. c.2) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. Ele é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos a pagar da Seguradora. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. Dentro desse contexto, a Seguradora possui uma política criteriosa de comercialização visando mitigar os riscos inerentes à subscrição, entre eles o risco de não recebimento do prêmio (inadimplência). No âmbito dos ativos financeiros, a Seguradora investe recursos em ativos financeiros cujos valores de mercado são amplamente conhecidos e confiáveis. Tais ativos são altamente líquidos e podem ser transformados em caixa rapidamente. A composição dos ativos financeiros por prazo e por título e os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados na nota explicativa nº 7, de acordo com o vencimento dos títulos. A combinação das características de subscrição e dos ativos financeiros, mencionadas acima, tende a reduzir o risco de liquidez. d) Risco operacional: Riscos operacionais são os riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e fatores externos. Operacional: O planejamento estratégico elenca diretrizes para todas as áreas da Seguradora. A Equipe Operacional tem como principal atividade funções de articulação e possui o objetivo de alavancar a produtividade dos clientes internos e externos, com o compromisso de gerar resultados por meio de suporte à operação e soluções que agregam valor à empresa. Para tanto, a Seguradora realizou novas contratações para ampliação do quadro de colaboradores, segue na implementação diária de documentação de processos e treinamento, visando multiplicar conhecimento entre os colaboradores. As melhores práticas visam reconhecimento pelas demais áreas, como uma equipe dedicada na busca em inovações, excelência na gestão de processos, eficácia na gestão de incidentes e facilitadora para os atuais e novos produtos. Tecnologia da Informação: Visando mitigar os riscos inerentes a Tecnologia da Informação, a Seguradora elaborou uma política para utilização de recursos computacionais que trata da confidencialidade da informação, direitos, deveres e responsabilidades dos usuários, licenciamento de software, política de senhas, além da disponibilidade de seus recursos. Para isto, deu ciência a todos os seus colaboradores, recolhendo a assinatura em um formulário especifico para este fim. O Plano de Continuidade de Negócios – PCN da Seguradora é um conjunto de medidas preventivas e procedimentos de recuperação, no caso de qualquer interrupção de negócios. Estas medidas devem garantir a capacidade da Seguradora em operar em bases contínuas e proporcionar uma rápida recuperação, em caso de incidentes que coloquem em risco as suas operações. Para tanto, esse plano deve assegurar que todos os processos críticos têm seus riscos identificados, avaliados, monitorados e controlados. O plano envolve basicamente quatro grupos: Contingências de Infraestruturas Físicas: assim compreendidas as situações de catástrofes naturais ou não, tais como inundações, incêndios, desabamentos e etc. que impeçam o acesso e/ou utilização das instalações da Seguradora, como também danos físicos relevantes a instalações e/ou equipamentos, intencionais ou não e ainda falhas no fornecimento de energia elétrica. Contingências de Pessoal: aquelas onde os funcionários-chave não estão presentes por motivos de greves, doença, licenças e etc. Contingências de Infraestruturas Tecnológicas: compreendidas as situações de inacessibilidade, falha ou perda de quaisquer recursos de TI, tais como hardware, software, telecom, rede e segurança. Contingências de Serviços Externos: compreendidas as situações de não prestação de serviço contratado considerado crítico / essencial aos processos do Grupo Invest. Além disto, a Seguradora tem investido para revisar seus sistemas operacionais e de gestão para eliminar todos os gaps e trazer maior automaticidade, agilidade e controle às suas atividades, possibilitando assim alavancar suas potencialidades.

Continua »»»

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

»»» Continuação

# INVESTPREV SEGURADORA S/A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –** Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Aplicações:** a) Aplicações financeiras por vencimento: Demonstramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

| | dez/18 | | | | | | | dez/17 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Taxa de Juros Contratada %** | **Sem Vencimento** | **Até 365 dias** | **Acima de 365 dias** | **Valor Total** | **Saldo Contábil** | **Percentual p/categoria** | **Taxa de Juros Contratada %** | **Sem Vencimento** | **Até 365 dias** | **Acima de 365 dias** | **Valor Total** | **Saldo Contábil** | **Percentual p/categoria** |
| Títulos para venda | | | | | | | **100** | | | | | | | **100** |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | Selic | | | 79.057 | 79.057 | 79.057 | 48,42 | | | | | | | - |
| Letras Financeiras | | | | | | | 0,00 | CDI -106,25% | | 1.192 | | 1.192 | 1.192 | 0,86 |
| Letras Financeiras | | | | | | | 0,00 | CDI-104,7% | | | 2.103 | 2.103 | 2.103 | 1,51 |
| Letras Financeiras | | | | | | | 0,00 | CDI-107,0% | | | 2.153 | 2.153 | 2.153 | 1,55 |
| Letras Financeiras | | | | | | | 0,00 | CDI-105,0% | | | 2.162 | 2.162 | 2.162 | 1,56 |
| Letras Financeiras | | | | | | | 0,00 | CDI-113,0% | | 659 | | 659 | 659 | 0,47 |
| CDB pós-fixado | | | | | | | 0,00 | 104,5% | | | 1.623 | 1.623 | 1.623 | 1,17 |
| Letras financeiras do tesouro - LTN | | | | | | | 0,00 | PRE-100% | | | 147 | 147 | 147 | 0,11 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | IPCA-100% | | | 391 | 391 | 391 | 0,24 | IPCA-100% | | | 376 | 376 | 376 | 0,27 |
| Quotas de fundos de invest. não exclusivo | CDI | 15.046 | | | 15.046 | 15.046 | 9,22 | Selic | 67.919 | | | 67.919 | 67.919 | 48,87 |
| Quotas de fundos de investimento DPVAT | Selic | 68.386 | | | 68.386 | 68.386 | 41,88 | Selic | 60.479 | | | 60.479 | 60.479 | 43,52 |
| Outras aplicações | - | 390 | | | 390 | 390 | 0,24 | - | 154 | | | 154 | 154 | 0,11 |
| **Total por vencimento** | | **83.822** | **0** | **79.448** | **163.270** | **163.270** | **100** | | **128.552** | **1.851** | **8.564** | **138.967** | **138.967** | **100** |

b) Determinação do valor justo das aplicações financeiras: O valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data do balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA). Em razão dos ativos financeiros da Seguradora encontrarem-se alocados no padrão CDI/SELIC, os valores contábeis já estão registrados à mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue: • Nível 1 – os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2 – outros dados, que não sejam os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (isto é, derivado dos preços). • Nível 3 – os dados para o ativo ou passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

| | dez/18 | | dez/17 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Nível 1** | **Saldo Contábil** | **Nível 1** | **Saldo Contábil** |
| Títulos para venda | | | | |
| Letras Financeiras | - | - | 8.269 | 8.269 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 79.057 | 79.057 | 147 | 147 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTNB | 391 | 391 | 376 | 376 |
| CDB pós-fixado | - | - | 1.623 | 1.623 |
| Quotas de fundos de investimento não exclusivo | 15.046 | 15.046 | 67.919 | 67.919 |
| Quotas de fundos de investimento DPVAT | 68.386 | 68.386 | 60.479 | 60.479 |
| Outras aplicações | 390 | 390 | 154 | 154 |
| **Total da Carteira** | **163.270** | **163.270** | **138.967** | **138.967** |

Todos os ativos financeiros da Seguradora estão classificados no Nível 1.

**c) Ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas:** Como garantia das Provisões Técnicas das Operações de Seguros, encontram-se vinculados à SUSEP os seguintes bens integrantes do Ativo:

| | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| **Provisões Técnicas - Seguros** | **140.741** | **129.025** |
| Exclusões: | | |
| Ativos de Resseguro Redutores | 18.927 | 14.695 |
| Direito Creditório | 20.893 | 11.678 |
| Provisões dos Consórcios DPVAT | 68.338 | 60.398 |
| Total das Exclusões: | 108.158 | 86.771 |
| **Total a ser coberto** | **32.583** | **42.254** |
| **Ativos garantidores (Ativos Líquidos)** | | |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | 79.057 | - |
| CDB - Certificados de Depósitos Bancários | - | 1.623 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | 391 | 376 |
| LTN - Letras do Tesouro Nacional | - | 147 |
| Letras Financeiras | - | 8.269 |
| Fundo de Investimento | - | 67.919 |
| **Total oferecido em cobertura de reservas** | **79.448** | **78.334** |
| **Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas** | **46.865** | **36.080** |

**d) Quadro de movimentação das aplicações financeiras:**

| **Tipo de Aplicação** | **Saldo dez/17** | **Aplicações** | **Resgates** | **Rendimento** | **Ajuste de TVM** | **Redistribuição DPVAT** | **Saldo dez/18** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Certificado Dep. Bancário - CDB | 1.623 | | (1.657) | 34 | | | 0 |
| Letras Financeira do Tesouro - LFT | 0 | 126.770 | (49.529) | 2.208 | (392) | | 79.057 |
| Letras Financeiras | 8.269 | | (9.070) | 801 | | | 0 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 147 | | (145) | | (2) | | 0 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTNB | 376 | 370 | (376) | 21 | | | 391 |
| Fundo FI RF DPVAT | 60.479 | 4.332 | (4.693) | 4.246 | | 4.022 | 68.386 |
| Ares Fundo Investimento Multimercado | 0 | 14.800 | | 246 | | | 15.046 |
| Fundo de Investimentos Esp. Sicredi | 67.919 | 35.811 | (106.454) | 2.724 | | | 0 |
| Aplicação CEF | 0 | 93 | (93) | | | | 0 |
| Outras Aplicações | 154 | 249 | (15) | 2 | | | 390 |
| **Total** | **138.967** | **182.425** | **(172.032)** | **10.282** | **(394)** | **4.022** | **163.270** |

| **Tipo de Aplicação** | **Saldo dez/16** | **Aplicações** | **Resgates** | **Rendimento** | **Ajuste de TVM** | **Redistribuição DPVAT** | **Saldo dez/17** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Certificado Dep. Bancário - CDB | 0 | 1.500 | | 123 | | | 1.623 |
| Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE | 0 | 1.225 | (1.272) | 47 | | | 0 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 18.938 | | (19.229) | 274 | 17 | | 0 |
| Letras Financeiras | 0 | 12.543 | (4.849) | 575 | | | 8.269 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 0 | 2.755 | (2.610) | 2 | | | 147 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTNB | 0 | 372 | | 4 | | | 376 |
| Fundo FI RF DPVAT | 55.222 | 5.028 | (4.263) | 5.377 | | (885) | 60.479 |
| Fundo de Investimentos Esp. Sicredi | 20.848 | 100.556 | (57.648) | 4.163 | | | 67.919 |
| Outras Aplicações | 154 | | | | | | 154 |
| **Total** | **95.162** | **123.979** | **(89.871)** | **10.565** | **17** | **(885)** | **138.967** |

e) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. **8. Prêmios a receber:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta de acordo com as vigências contratuais das apólices. Abaixo o prazo médio de parcelamento dos prêmios, em meses, diretos da Companhia:

| **Ramo** | **Prazo** |
|---|---|
| 0114 Compreensivo Residencial | 2 |
| 0116 Compreensivo Condomínio | 4 |
| 0118 Compreensivo Empresarial | 2 |
| 0623 RC Ônibus | 4 |
| 0628 RCFV Ônibus | 4 |
| 0746 Fiança Locatícia | 7 |
| 0775 Garantia Segurado - Público | 1 |
| 0776 Garantia Segurado - Privado | 1 |
| 0982 Acidentes Pessoais | 2 |

A Seguradora avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "11319 – Redução ao valor recuperável", constituído quando o período de inadimplência for superior 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, considerando a totalidade dos prêmios a receber de determinado devedor. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 563 e em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 965. a) Prêmios a receber por ramo:

A seguir a abertura dos prêmios a receber por ramos nas datas indicadas:

| **Ramos** | **Prêmios a receber dez/18** | **Redução ao valor recuperável dez/18** | **Prêmios a receber dez/17** | **Redução ao valor recuperável dez/17** |
|---|---|---|---|---|
| 114 Compreensivo Residencial | 66 | 21 | 38 | 8 |
| 116 Compreensivo Condomínio | 5 | 0 | 0 | 0 |
| 118 Compreensivo Empresarial | 58 | 16 | 17 | 9 |
| 351 RC Geral | 6 | 0 | 1 | 0 |
| 623 RC Ônibus | 6.565 | 88 | 5.631 | 77 |
| 628 RCFV Ônibus | 15.635 | 323 | 15.607 | 377 |
| 746 Fiança Locatícia | 936 | 10 | 816 | 5 |
| 775 Garantia Segurado - Setor Público | 43 | 6 | 185 | 181 |
| 776 Garantia Segurado - Setor Privado | 35 | 0 | 263 | 263 |
| 982 Acidentes Pessoais | 1.706 | 51 | 1.749 | 39 |
| 993 Vida em Grupo | 51 | 48 | 6 | 6 |
| **Subtotal** | **25.106** | **563** | **24.313** | **965** |
| Juros a Apropriar | (77) | - | (91) | - |
| **Subtotal** | **25.029** | **563** | **24.222** | **965** |
| Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos | 736 | - | 0 | - |
| **TOTAL PRÊMIOS A RECEBER** | **25.202** | **-** | **23.257** | **-** |

b) Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

| **AGING - Prêmios a receber** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| Vencidos entre 01 e 30 dias | 1.393 | 1.310 |
| Vencidos entre 31 e 60 dias | 249 | 193 |
| Vencidos entre 61 e 120 dias | 6 | 2 |
| Vencidos entre 121 e 180 dias | 7 | - |
| Vencidos entre 181 e 365 dias | 3 | 455 |
| Vencidos acima de 365 dias | 23 | 2 |
| A vencer entre 01 e 30 dias | 9.685 | 9.152 |
| A vencer entre 31 e 60 dias | 3.082 | 3.553 |
| A vencer entre 61 e 120 dias | 4.477 | 3.948 |
| A vencer entre 121 e 180 dias | 3.261 | 3.124 |
| A vencer entre 181 e 365 dias | 2.920 | 2.574 |
| **Total** | **25.106** | **24.313** |

c) Movimentação dos prêmios a receber:

| | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 23.257 | 26.886 |
| (+) Prêmios Emitidos | 142.869 | 148.168 |
| (+) IOF | 9.712 | 9.999 |
| (+) Adicional de Fracionamento | 211 | 194 |
| (-) Prêmios cancelados | (43.201) | (34.789) |
| (-) Recebimentos | (108.798) | (126.998) |
| (+/-) Juros Apropriar | 13 | 4 |
| (+) Prêmios - Riscos Vigentes não Emitidos | 737 | - |
| (+/-) Constituição/reversão de redução ao valor recuperável | 402 | (207) |
| **Saldo final** | **25.202** | **23.257** |

**9. Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Definimos a política de resseguro, tomando como premissa nossa capacidade de retenção por risco segurado, elaborada através de estudos atuariais semestrais, bem como a periculosidade dos mesmos. Assim que constatada necessidade de expansão da capacidade, são iniciadas as negociações de Resseguro nos ramos que se fazem necessários. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. A Seguradora trabalha nas mais diversas estruturas de contratos de resseguro, contratos proporcionais e não proporcionais como: Quota Parte, Excesso de Danos Risco, Excesso de Danos Catástrofe, Excesso de Responsabilidade, facultativos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência e datas de emissão das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas.

**10. Títulos e créditos a receber:**

| | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| Dividendos e Juros s/capital a Receber | 3.004 | 2.916 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 4.503 | 4.844 |
| (*) Bloqueios bancários por decisão judicial | 27 | 18 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar e antecipações | 8.145 | 5.806 |
| Ressarcimentos | 923 | 670 |
| Outros valores a receber | 152 | 115 |
| **Total** | **16.754** | **14.369** |
| **Circulante** | **12.251** | **9.525** |
| **Não circulante** | **4.503** | **4.844** |

(*) Referem-se a valores bloqueados decorrentes de decisões judiciais de causas em andamento, sendo a maioria relacionada a causas cíveis. As obrigações legais e os eventuais passivos contingentes relacionados a estas causas estão provisionados, quando necessário, em "Sinistros a liquidar" e "Provisões judiciais".

**11. Participações societárias e outros investimentos:** Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os investimentos estão apresentados como segue:

| | dez/18 | | | | dez/17 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Participação (%)** | **Patrimônio Líquido** | **Equivalência** | **Investimento** | **Participação no capital total (%)** | **Patrimônio Líquido** | **Equivalência** | **Investimento** |
| Invest Capitalização S/A | 99,99 | 32.854 | 12.240 | 32.854 | 99,99 | 23.618 | 12.357 | 23.618 |
| Consórcios do Seguro DPVAT | 1,03729 | - | 0 | 236 | 1,00009 | - | 0 | 224 |
| **Subtotal** | **-** | **-** | **12.240** | **33.090** | **-** | **-** | **12.357** | **23.842** |
| Incentivos fiscais | - | - | - | 29 | - | - | - | 29 |
| Redução ao valor recuperável | - | - | 0 | - | - | - | - | 0 |
| **Total** | **-** | **-** | **12.240** | **33.119** | **-** | | **12.357** | **23.871** |

**12. Imobilizado**

| | dez/18 | | | dez/17 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Custo de aquisição** | **Depreciação** | **Líquido** | **Custo de aquisição** | **Depreciação** | **Líquido** | **Taxas anuais de depreciação %** |
| Terrenos | 2 | - | 2 | 2 | - | 2 | - |
| Edificações | 39 | (21) | 18 | 39 | (20) | 19 | 4 |
| Equipamentos | 769 | (542) | 227 | 707 | (433) | 274 | 20 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 311 | (107) | 204 | 314 | (78) | 236 | 10 |
| Veículos | 49 | (47) | 2 | 51 | (47) | 4 | 20 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 248 | (9) | 239 | 177 | (86) | 91 | 40 |
| **Total** | **1.418** | **(726)** | **692** | **1.290** | **(664)** | **626** | **-** |

**13. Passivos contingentes e obrigações legais:**

**a)** Obrigações legais – Fiscais e Previdenciárias (*)

| **Contingências** | **Quantidade de ações** | **Probabilidade de perda** | **Valor estimado pelos advogados (*) dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|---|---|
| **(1)** Contribuição social | 1 | Provável | **1.556** | **1.556** |
| **(2)** DPVAT | 1 | Provável | **2.329** | **2.329** |
| **Total** | **2** | | **3.885** | **3.885** |

(*) A Seguradora constitui provisão para cada uma das obrigações legais acima listadas. *Obrigações legais* – fiscais e previdenciárias – Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e, se necessário, será atualizado. (1) *CSL - Diferença de alíquota julho a dezembro/94.* A Seguradora questiona a diferença entre a alíquota da CSLL aplicável às instituições financeiras e equiparadas, nos moldes da Lei Complementar 70/91, e a alíquota aplicável às demais pessoas jurídicas. (2) *DPVAT :* A Seguradora foi autuada pelo Fundo Nacional de Saúde sob o argumento de ausência de repasse de 50% dos valores arrecadados a título de DPVAT de maio, abril e agosto de 2001.

Continua »»»

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

»»» Continuação

# INVESTPREV SEGURADORA S/A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –** Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Seguradora ajuizou medida judicial para questionar a referida exigência, tendo efetuado depósito judicial no montante de R$ 2.549 para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão. Embora não tenha natureza tributária, o repasse em questão foi caracterizado como obrigação legal pela SUSEP, ocasionando a constituição da provisão contábil.

**b)** Contingências de sinistros e cíveis: As ações cíveis, impetradas por segurados ou beneficiários de seguros, são relacionadas, em sua maioria, a questões envolvendo a existência de sinistro e a cobertura securitária, que são fatores determinantes do dever de pagar ou não a indenização contratada. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes das decisões judiciais.

O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados, é assim sumariado

| | dez/18 | | | dez/17 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Probabilidade de perda** | **Valor reclamado** | **Valor provisionado** | **Quantidade de ações** | **Valor reclamado** | **Valor provisionado** | **Quantidade de ações** |
| Sinistros | | | | | | |
| Provável | 9.254 | 8.204 | 450 | 7.181 | 6.676 | 370 |
| Possível | 5.099 | 1.448 | 191 | 4.115 | 1.234 | 188 |
| Remota | 4.727 | 206 | 230 | 2.936 | 148 | 187 |
| **Subtotal** | **19.080** | **9.858** | **871** | **14.232** | **8.058** | **745** |
| Cíveis | | | | | | |
| Provável | 1.595 | 2.477 | 4 | 1.629 | 2.355 | 7 |
| Possível | 9 | - | 1 | 9 | - | 1 |
| **Subtotal** | **1.604** | **2.477** | **5** | **1.638** | **2.355** | **8** |
| DPVAT | | | | | | |
| Provável | 38.554 | 5.972 | 2.665 | 32.461 | 6.502 | 2.758 |
| **Subtotal** | **38.554** | **5.972** | **2.665** | **32.461** | **6.502** | **2.758** |
| **Total** | **59.238** | **18.307** | **3.541** | **48.331** | **16.915** | **3.511** |

**c)** As contingências foram movimentadas conforme quadro abaixo:

| Cíveis | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **2.355** | **2.699** |
| Novas constituições | **11** | **30** |
| Baixa da provisão | **(65)** | **(362)** |
| Atualização monetária | **176** | **(12)** |
| **Saldo final** | **2.477** | **2.355** |

| Trabalhistas | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **0** | **0** |
| Novas constituições | 26 | 0 |
| Baixa da provisão | (27) | 0 |
| Atualização monetária | 1 | 0 |
| **Saldo final** | **0** | **0** |

**d)** Discriminação das provisões de sinistros judiciais:

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| **1) Saldo no início do período** | **8.058** | **5.088** |
| 2) Total pago no período | (2.113) | (1.419) |
| 3) Novas Constituições no período | 2.976 | 3.637 |
| 4) Baixa da provisão por êxito | (1.481) | (567) |
| 5) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades | 2.322 | 1.331 |
| 6) Alteração da provisão por atualização monetária e juros | 97 | (12) |
| **7) Saldo final do período** | **9.858** | **8.058** |

**e)** Informações PSL DPVAT

**Aging List PSL DPVAT**

| dez/18 | | | dez/17 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Faixa (Anos)** | **PSL** | **Quantidade** | **Faixa (Anos)** | **PSL** | **Quantidade** |
| 0 - 1 | 1.843 | 829 | 0 - 1 | 2.343 | 1.022 |
| 1 - 2 | 1.534 | 700 | 1 - 2 | 1.512 | 660 |
| 2 - 3 | 901 | 412 | 2 - 3 | 1.009 | 444 |
| 3 - 4 | 627 | 288 | 3 - 4 | 633 | 274 |
| 4 - 5 | 398 | 180 | 4 - 5 | 371 | 149 |
| 5 < | 668 | 256 | 5 < | 635 | 209 |

**14. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 43.611 e estão representadas por 329.360.660 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, correspondendo a um voto na assembleia geral. b) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. c) Dividendos: Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto.

**15. Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e Capital Mínimo Requerido – CMR:**

| **Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| Ajustes Contábeis: | | |
| Patrimônio Líquido | 79.775 | 58.000 |
| Participação em soc. financeiras e não financeiras, classif. como invest de carater permanente nacionais ou no exterior | (33.090) | (23.842) |
| Despesas antecipadas | (28) | (27) |
| Ativos intangíveis | (83) | (227) |
| Patrimônio líquido ajustado - subtotal | 46.574 | 33.904 |
| 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos: | | |
| Superavit de Fluxos Prêmios/Contribuições Não Registrados apurados no TAP | 1 | - |
| Superavit entre provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registrados | 103 | 143 |
| Ajustes associados à variação dos valores econômicos: | 104 | 143 |
| **2.7. PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-)** | **46.678** | **34.047** |
| **Capital-base (I)** | **15.000** | **15.000** |
| **Capital de Risco (II)** | **17.036** | **26.153** |
| Capital de Risco de Subscrição | 14.632 | 16.060 |
| Capital de Risco de Crédito | 2.428 | 1.351 |
| Capital de Risco de Mercado | 794 | 14.648 |
| Capital de Risco Operacional | 821 | 1.182 |
| Benefício da diversificação | (1.639) | (7.088) |
| **Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))** | **17.036** | **26.153** |
| **Suficiência/Insuficiência de capital (PLA-CMR)** | **29.642** | **7.894** |
| **Necessidade de cobertura de reservas técnicas (nota nº 7c) (a)** | **32.583** | **42.254** |
| **Ativos Líquidos (nota nº 7c) (b)** | **79.448** | **78.334** |
| **Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões (c) (b - a)** | **46.865** | **36.080** |
| **Capital Base para cálculo de liquidez em relação ao Capital de Risco** | **17.035** | **26.221** |
| **20% do CR considerando as premissas do art. 65, inciso V da Res. CNSP nº 321/2015 (d)** | **3.407** | **5.244** |
| **Liquidez em relação ao CR (superior a 20% )** | **43.458** | **30.836** |

**16. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social devido sobre as operações do exercício decorrentes de adições e exclusões é como segue:

| | dez/18 | | dez/17 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** |
| Resultado antes dos Tributos e após participações | 36.832 | 36.832 | 30.992 | 30.992 |
| (+) Constituições de Provisões | 163 | 422 | 536 | 536 |
| (+) Outras Variações | 99 | 99 | 78 | 78 |
| (-) Reversões de Provisões | (258) | (258) | (341) | (341) |
| (-) Ajustes por aumento no valor de investimentos avaliados p/Patrimônio Líquido | (12.240) | (12.240) | (12.357) | (12.357) |
| **Lucro real antes das compensações** | **24.596** | **24.855** | **18.908** | **18.908** |
| Compensação Prejuízo fiscal | (7.379) | (7.456) | (5.672) | (5.672) |
| **Base de cálculo** | **17.217** | **17.399** | **13.236** | **13.236** |
| Parcela isenta | - | 240 | - | 240 |
| Taxa nominal do tributo | 20% | 15% | 20% | 15% |
| Taxa adicional | - | 10% | - | 10% |
| **Tributos Calculado a taxa nominal** | **3.443** | **4.326** | **2.647** | **3.285** |
| PAT - Programa de alimentação ao trabalhador | - | (9) | - | (26) |
| Outros Ajustes | 0 | 0 | 64 | 55 |
| **Despesa/Receita Contabilizada** | **3.443** | **4.317** | **2.711** | **3.314** |
| **Taxa Efetiva** | **20%** | **24,81%** | **20%** | **25,04%** |

**17. Ramos de atuação:** Os principais ramos de atuação da Seguradora são:

| | Prêmios ganhos | | Índice de Sinistralidade | | Índice de Comissionamento | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Principais ramos** | **dez/18** | **dez/17** | **dez/18** | **dez/17** | **dez/18** | **dez/17** |
| 0114 Compreensivo Residência | 612 | 316 | 15,44% | 48,81% | 37,75% | 56,54% |
| 0118 Compreensivo Empresarial | 522 | 426 | 14,92% | 22,65% | 41,14% | 49,15% |
| 0588 Consórcio DPVAT | 17.488 | 20.783 | 81,31% | 84,55% | 1,20% | 1,18% |
| 0623 RC Ônibus | 22.499 | 24.159 | 41,82% | 22,18% | 18,44% | 17,51% |
| 0628 RCFV Ônibus | 75.955 | 77.889 | 24,07% | 52,00% | 17,66% | 17,27% |
| 0746 Fiança Locatícia | 2.124 | 2.089 | 74,47% | 60,61% | 31,85% | 33,58% |
| 0977 Prestamista | 1.741 | 3.633 | 101,95% | 54,10% | 30,80% | 29,49% |
| 0982 Acidentes pessoais | 7.506 | 7.349 | 24,45% | 25,37% | 17,69% | 17,73% |
| Demais ramos | 80 | 369 | 1760,15% | 564,87% | -27,11% | 18,75% |
| **Total** | **128.527** | **137.013** | | | | |

**18. Detalhamento de contas de resultado:**

**a) Sinistros Ocorridos**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Indenizações avisadas - Administrativas | 29.078 | 40.458 |
| Indenizações avisadas - Judiciais | 3.870 | 4.560 |
| Variações de Sinistros IBNER - Ajuste da PSL | 5.043 | 2.652 |
| Indenizações avisadas - Consórcio DPVAT | 10.246 | 12.083 |
| Despesas com sinistros | 1.398 | 1.490 |
| Despesas com repasse do Consórcio DPVAT | 4.358 | 5.316 |
| Salvados - Diretos | (504) | (337) |
| Ressarcimentos - Diretos | (816) | (551) |
| Provisão sinistros ocorridos mas não avisados - Diretos | (3.905) | 4.624 |
| Provisão sinistros ocorridos mas não avisados - Cons. DPVAT | (387) | 156 |
| Variação despesas relacionadas do IBNR | 147 | (45) |
| Serviços de Assistência | 163 | 204 |
| **Total** | **48.691** | **70.610** |

**b) Custos de aquisição**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Comissões sobre prêmios | 20.818 | 21.148 |
| Comissões Convênio DPVAT | 211 | 246 |
| Variação dos custos de aquisição diferidos | (290) | 64 |
| **Total** | **20.739** | **21.458** |

**c) Outras receitas e despesas operacionais**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Outras receitas com operações de seguros | 9 | 14 |
| Outras receitas - consórcio DPVAT | 7.708 | 7.439 |
| Outras despesas - consórcio DPVAT | (3.727) | (3.429) |
| Redução ao valor recuperável | 478 | (343) |
| Despesas com validação cadastral | (164) | (140) |
| Outras despesas | (13) | (10) |
| Despesas com provisões cíveis | 36 | 328 |
| Despesas c/plataforma de operações | (1.543) | (1.214) |
| Despesas com regulação | (564) | (470) |
| Despesas com acordo Operacional - coligada | (731) | - |
| **Total** | **1.489** | **2.175** |

**d) Despesas Administrativas**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Despesa com pessoal próprio | 11.070 | 9.974 |
| Despesa com serviço de terceiros | 3.344 | 3.296 |
| Despesa com localização e funcionamento | 3.299 | 2.941 |
| Despesa com publicidade e propaganda | 68 | 44 |
| Despesa com publicações | 111 | 98 |
| Despesa com donativos e contribuições | 39 | 15 |
| Outras despesas administrativas | 139 | 366 |
| Despesas administrativas DPVAT | 2.085 | 1.410 |
| **Total** | **20.155** | **18.144** |

**e) Despesas com tributos**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Impostos federais | 5 | 39 |
| Impostos estaduais | 1 | 1 |
| Impostos municipais | 57 | 37 |
| Contribuições | 3.760 | 3.819 |
| Taxa de Fiscalização | 1.597 | 776 |
| **Total** | **5.420** | **4.672** |

**f) Receitas financeiras e Despesas Financeiras**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Receita com títulos de renda fixa - privados | 419 | 923 |
| Receita com títulos de renda fixa - públicos | 2.256 | 303 |
| Receita com Títulos de renda variável | 146 | 7 |
| Receita financeira com operações de seguros | 493 | 517 |
| Receita financeira - DPVAT | 4.426 | 5.986 |
| Receita com Fundos de Investimentos | 2.972 | 4.164 |
| Receita com créditos tributários | 17 | 8 |
| Outras receitas financeiras | 7 | 39 |
| Despesas com títulos de renda variável | (2) | - |
| Despesas financeiras com renda fixa | (48) | (2) |
| Despesas com operações de Seguros - DPVAT | (4.246) | (5.837) |
| Despesas c/atualização monetária - PSL | (112) | 14 |
| Despesas com retrocessão/resseguro | (47) | (19) |
| Despesas c/atualização monetária - DPVAT | (22) | (25) |
| Outras despesas financeiras | (186) | (21) |
| **Total** | **6.073** | **6.057** |

**g) Receitas e Despesas Patrimoniais**

| | dez/18 | dez/17 |
|---|---|---|
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 12.240 | 12.357 |
| **Total** | **12.240** | **12.357** |

**19. Custos de Aquisição Diferidos:** Os custos de aquisição são compostos pelas despesas de comercialização referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização dos seguros da companhia. Esses montantes são diferidos a partir da emissão da apólice e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. O período médio de diferimento dos custos de aquisição se dá conforme a tabela abaixo:

| **Prazo médio de diferimento (dias) por ramo** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| 114 - Compreensivo Residencial | 361 | 363 |
| 116 - Compreensivo Condomínio | 364 | 365 |
| 118 - Compreensivo Empresarial | 361 | 309 |
| 141 - Lucros Cessantes | 365 | 365 |
| 351 - RC Geral | 359 | 354 |
| 623 - RC Ônibus | 311 | 302 |
| 628 - RCF Ônibus | 311 | 303 |
| 746 - Fiança Locatícia | 378 | 388 |
| 775 - GOC Público | 450 | 513 |
| 776 - GOC Privado | 502 | - |
| 982 - Acidentes Pessoais | 317 | 310 |
| 993 - Vida em Grupo | 38 | 52 |
| **MÉDIA GERAL** | **316** | **309** |

a) Movimentação dos custos de aquisição:

| **Tipo** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| Agenciamento e Corretagem | 20.818 | 21.148 |
| Variação das Despesas Diferidas | (290) | 64 |
| **Total** | **20.528** | **21.212** |

**20. Salvados e Ressarcimentos:**

a) Saldo de Salvados e Ressarcimentos:

**SALVADOS**

| **Ramo** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| 0623 - RC Ônibus | 102 | 163 |
| 0628 - RCF Ônibus | 273 | 388 |
| **Total** | **375** | **551** |

**RESSARCIMENTOS**

| **Ramo** | **dez/18** | **dez/17** |
|---|---|---|
| 0628 - RCF Ônibus | 1 | - |
| 0746 - Fiança Locatícia | 922 | 669 |
| **Total** | **923** | **669** |

Continua »»»

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

»»» Continuação

# INVESTPREV SEGURADORA S/A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –** Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Aging Salvados e Ressarcimentos:

| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 120 dias | 121 a 180 dias | 181 dias a 365 dias | Acima de 365 dias | dez/18 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Salvados | 0 | 17 | 31 | 187 | 129 | 11 | **375** |
| Ressarcimentos | 50 | 6 | 118 | 32 | 296 | 421 | **923** |
| | **1 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 120 dias** | **121 a 180 dias** | **181 dias a 365 dias** | **Acima de 365 dias** | **dez/17** |
| Salvados | 11 | 26 | 57 | 35 | 201 | 221 | **551** |
| Ressarcimentos | 42 | 22 | 79 | 50 | 84 | 392 | **669** |

**21. Transações com partes relacionadas:**

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, efetuadas em condições normais acordadas entre as partes, são como segue:

| | dez/18 Ativos (Passivos) | dez/17 Ativos (Passivos) |
|---|---|---|
| Outras Aplicações - Invest Capitalização S/A | 265 | 29 |
| Créditos a Receber - Invest Capitalização S/A | 17 | 21 |
| Créditos a Receber - Investprev Seguros e Previdência S.A. | 6 | 5 |
| Dividendos a receber - Invest Capitalização S/A | 3.004 | 2.916 |
| Dividendos a pagar - Banco Rural S/A | (10.414) | (4.479) |
| Dividendos a pagar - Segpar Participações S/A | (966) | - |
| Dividendos a pagar - Outros | (5) | (2) |
| Obrigações a pagar - Investprev Seguros e Previdência S.A. | (35) | - |

*i. Remuneração do pessoal chave da Administração:* A Companhia não possui benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração para seu pessoal-chave da Administração.

*ii. Outras informações:* Conforme legislação em vigor, é vedado às sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização realizar quaisquer operações comerciais, financeiras ou imobiliárias:

a) Direta ou indiretamente com seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o 2º grau;

b) Com empresas nas quais participem as pessoas a que se refere ao item "a", exceto no caso de participação de até 5% (cinco por cento) como acionista; e

c) Tendo como contraparte pessoas jurídicas nas quais as pessoas físicas definidas no item "a" participem como sócios, administradores ou funcionários. Dessa forma, não foram efetuadas nenhuma das operações citadas acima pela Companhia.

Porto Alegre/RS, 22 de fevereiro de 2019

**Diretoria Executiva**

| Geraldo Henrique de Castro | Wilson Fontolan | Valdir Júnior Sperinde da Silva | Ricardo César Pessoa | Eliane Santos de Oliveira |
|---|---|---|---|---|
| Diretor Presidente | Diretor Vice-presidente | Diretor | Atuário Responsável Técnico – MIBA 1076 | Contadora Responsável – CRC/RS – 055808/O-2 |

## Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Investprev Seguradora S/A**

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Investprev Seguradora S/A** - "Sociedade", em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão, registrados nas demonstrações financeiras, e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, além das bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade da Auditoria Independente**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão, registrados nas demonstrações financeiras, e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, conforme definido no escopo da auditoria. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Investprev Seguradora S/A** em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Movimentação de Resseguros - Repasse do FIP (Q51), em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

ATUÁRIA Brasil® Assessoria, Consultoria e Auditoria

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019.

Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630

ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Investprev Seguradora S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Investprev Seguradora S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Investprev Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação da **Investprev Seguradora S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Enfase**

Em 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, a **InvestPrev Seguradora S.A**. teve o seu controle acionário vendido pelo Banco Rural S/A – ELE à empresa SEGPAR PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de transferência do controle acionário encontra-se em tramitação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a gestão da Companhia permanece inalterada até que seja aprovada a transferência do controle acionário.

**Outros Assuntos**

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da **InvestPrev Seguradora S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 23 de fevereiro de 2018 contendo opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e ênfase sobre a venda do controle acionário.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da **InvestPrev Seguradora S.A.** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **InvestPrev Seguradora S.A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **InvestPrev Seguradora S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **InvestPrev Seguradora S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **InvestPrev Seguradora S.A.**.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **InvestPrev Seguradora S.A.**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **InvestPrev Seguradora S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rosito & Filomena Auditores Independentes

CRC/RS 3993 - CVM 9091

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019.

**José Albino Filomena**

Contador - CRC-RS 43.798

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente